

29 JAN 2014

BEM PARANÁ

**KARLOS
KOHLBACH**

Poderosos em Miami

Na semana que passou esta coluna informou que a deputada estadual Mara Lima (PSDB) estava toda faceira e anunciando aos amigos a compra de um apartamento em Boca Raton, a mais importante e famosa praia de Miami. Pois bem. Não é só a deputada que anda investindo em imóveis nos Estados Unidos. Um desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná também adquiriu uma residência em Miami. Mas ao contrário da deputada, o magistrado prefere a discrição. Nem mesmo os funcionários que trabalham com o desembargador sabem do imóvel em Miami. No fim do ano passado, o magistrado se mandou para Miami para curtir as festas de fim de ano.

29 JAN 2014

BEMPARANÁ

Auxílio-moradia

Uma das primeiras polêmicas a serem votadas pelos deputados estaduais a partir do mês que vem, quando a Assembleia Legislativa retoma os trabalhos, é a proposta do Judiciário estadual de pagamento de um auxílio-moradia de R\$ 4 mil a juízes e desembargadores paranaenses. A matéria está na Comissão de Constituição e Justiça e tem como relator o deputado Alexandre Curi (PMDB). A justificativa da proposta é de que o benefício já é pago em outros estados. Além disso, segundo o projeto, a intenção é estabelecer isonomia com o Ministério Público.

Contas de campanha

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) rejeitou na segunda-feira recurso do deputado estadual José Aparecido Lemos (PT) contra decisão da 68ª Zona Eleitoral de Cascavel que desaprovou a prestação de contas de sua campanha a prefeito de Cascavel em 2012. O curioso é que a decisão saiu no mesmo dia em que a 68ª Zona Eleitoral determinou que Lemos deve ser empossado como prefeito em substituição ao reeleito Edgar Bueno (PDT), cassado sob acusação de fraude eleitoral.

Canhotos

Para o relator, Marcos Roberto Araújo dos Santos, “a não apresentação dos canhotos dos recibos eleitorais e das respectivas notas fiscais é falha grave, que enseja, nos termos da jurisprudência pátria, a desaprovação das contas”. Lemos apresentou em sua defesa, boletim de ocorrência no qual consta o roubo de R\$ 49 mil referentes à realização de um jantar para arrecadação de fundos para a campanha eleitoral. Segundo o juiz, porém, “a pessoa que efetuou o registro declarou apenas o roubo dos valores, não fazendo qualquer referência a notas fiscais e recibos e que a quantia era proveniente de um jantar e não dois”.

Denúncia

O TRE também decidiu receber a denúncia oferecida pelo Ministério Público Eleitoral contra o deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB) e Adriane Aparecida Colman. A acusação é de falsificação de documentos na campanha eleitoral e sua utilização.

29 JAN 2014

BEMPARANÁ

Justiça

TRE mantém punição ao PT por propaganda irregular

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) rejeitou, na segunda-feira, recurso da direção estadual do PT contra decisão anterior, tomada a partir de ação do PSDB estadual, que determinou a retirada do ar de propagandas do partido sob a alegação de promoção pessoal da presidente Dilma Rousseff. Além de ter rejeitado o recurso, os juízes do TRE decidiram ampliar a punição, determinando a perda de mais 30 minutos nos programas eleitorais de rádio e televisão.

O acórdão será publicado nos próximos dias e ainda será remetido para mais uma ação do Ministério Público Eleitoral. O MPE vai analisar o descumprimento de decisão judicial, artigo 347 do código eleitoral, sob a alegação de que o PT não teria retirado do ar as propagandas consideradas irregulares. Na nova ação o réu será o presidente do PT do Paraná, o deputado Enio Verri.

As novas decisões do TRE permitem ainda ao MPE in-

gressar com pedido de multa eleitoral ao PT que será arbitrada pelo tribunal. Nas peças veiculadas pelo PT, os ministros Paulo Bernardo (Comunicações) e Gleisi Hoffmann (Casa Civil), segundo os tucanos autores da ação, teriam feito promoção pessoal de Dilma Rousseff. Além disso, os deputados petistas Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer, Angelo Vanhoni e Dr. Rosinha teriam feito ataques ao governo Richa e sugerido que a melhor opção ao governo do Estado seria um candidato indicado pelo PT nas próximas eleições. Gleisi e Bernardo também teriam feito as mesmas sugestões.

O TRE considerou que houve, nos programas do PT, "desvirtuamento da propaganda partidária, utilizando-as para ataques ao Governo do Paraná, além de promoção pessoal e eleitoreira da presidente Dilma, com vistas a anunciar e antecipar de formar dissimulada e subliminar a propaganda eleitoral" antes do período permitido em 2014.

29 JAN 2014

GAZETA DO POVO

**Notas
Políticas**

Troca na Amapar

O juiz Frederico Mendes Junior, da comarca de Maringá, será empossado na próxima sexta-feira como presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar). Ele substitui o magistrado Fernando Swain Ganem, que comandou a entidade no biênio 2012/2013.

29 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Entrelinhas

Justiça para todos 1

Uma chance de defesa. Esse foi o presente que o pedreiro Jesse Francisco da Silva, de 54 anos, ganhou neste início de ano. Silva procurou a Defensoria Pública de Curitiba com uma ordem de desocupação do imóvel em que ele reside faz quatro anos, sob pena de retirada com o uso de força policial. De acordo com o defensor responsável pelo caso, Bruno de Almeida Passadore, a decisão era resultado de um processo de reintegração de posse que tramitou à revelia. "O senhor Jesse provavelmente foi chamado para participar do processo, mas por ser muito simples jamais se manifestou nos autos. Quando o processo chegou até a gente, veio já com decisão definitiva, porque não houve recurso. Ele nunca conseguiu se defender", explica. A notícia veio na época do Natal e foi um baque para a família do pedreiro. "Eu não tinha para onde ir. Iria colocar os meus móveis na rua", conta ele, que mora com a esposa e dois filhos.

Justiça para todos 2

Após sugestão de uma vizinha, Silva foi até a Defensoria que presta auxílio jurídico gratuito a quem não pode pagar um advogado. O órgão analisou o caso e encontrou uma falha processual: a esposa do pedreiro casada com ele em regime de comunhão parcial de bens, não havia sido citada na ação. O argumento foi aceito pela Justiça, que suspendeu temporariamente a desocupação. Agora o processo voltará ao início. Independentemente do resultado, Silva terá ao menos possibilidade de lutar pelos seus direitos.

29 JAN 2014

GAZETA DO POVO

» DENÚNCIAS NA ISTOÉ

Advogado diz que vai processar empresária

O advogado e assessor do Ministério do Trabalho João Graça negou ontem participação no suposto esquema divulgado pela Revista IstoÉ no último fim de semana e afirma que irá a Justiça contra a empresária Ana Cristina Aquino, autora das denúncias, e contra a revista. Graça afirma que nunca pagou ou recebeu propina, que sempre agiu dentro da lei e que irá colaborar com a Justiça repassando e-mails e documentos que provariam sua inocência.

A empresária disse à IstoÉ que a AG Log, empresa dela em sociedade com Graça, repassaria parte do valor do contrato firmado com a Renault para Amauri Escudero, chefe do escritório de representação do governo do Paraná em Brasília. A empresária afirmou ainda ter pago R\$ 500 mil para o secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná, Pepe Richa, irmão do governador Beto Richa (PSDB). Ambos negam as acusações e dizem que irão processar Ana Cristina.

Graça admite ter mantido relações profissionais com a empresária, primeiro como advogado e depois como sócio. “Tinha o objetivo de prestar serviço para a Renault, mas nem chegamos perto disso. Nem contato com a empresa nós conseguimos”, disse.

Graça afirma que se desligou da empresa no começo de 2013.

29 JAN 2014

GAZETA DO POVO

TRE tira do ar página que fazia ataques a Gleisi

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) julgou ontem processo que pedia a confirmação da suspensão de perfis do Facebook que faziam referências políticas a Gleisi Hoffmann, pré-candidata ao governo do estado pelo PT. O pedido, feito pela petista, era pela suspensão das páginas “Gleisi Indelicada” e “Gleisi Não”, que postavam comentários com teor político.

A corte do TRE-PR determinou o cancelamento das páginas, sob pena de multa de R\$ 50 mil por dia em caso de descumprimento. Para o relator da matéria, Edson Vidal Pinto, a “manifestação do pensamento, com intuito eleitoral não é um universo livre, sujeito ao respeito e convivência pacífica com outros direitos individuais”.

>> COCAÍNA

Justiça acata denúncia contra acusados no caso Perrella

A Justiça Federal acatou a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra cinco acusados de envolvimento com o tráfico de quase meia tonelada de cocaína apreendida em um helicóptero da família do senador Zezé Perrella (PDT-MG). Além de acatar a denúncia, o juiz federal Marcus Vinícius Figueiredo de Oliveira Costa, da 1ª Vara Federal em Vitória (ES), determinou que a Procuradoria Regional da República junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) seja notificada do caso para avaliar a situação do deputado estadual de Minas Gustavo Perrella (SDD), filho do senador e um dos proprietários da Limeira Agropecuária e Participações Ltda., em nome da qual está registrada a aeronave. O magistrado manteve a apreensão do helicóptero, hoje à disposição do governo capixaba.

LONDRINA

Gaeco prende segundo suspeito de falsificação em concurso da Saúde

Um contador foi preso pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), na noite de segunda-feira, em Londrina, acusado de participar de um esquema de falsificação de documentos públicos. Hélio de Souza Teixeira, de 50 anos, teria relação com Juarez Ricardo dos Santos, preso na semana passada. Teixeira foi preso em flagrante depois que a equipe do Gaeco encontrou, na casa dele, carimbos, cédulas de identidade, CPFs, holerites e outros documentos com indícios de fraude. As investigações sobre esses crimes tiveram início a partir de denúncias apresentadas por candidatos do concurso público que vai contratar servidores para a Secretaria de Saúde de Londrina. Segundo as denúncias, títulos falsos poderiam estar sendo apresentados na seleção.

29 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Quadro de agentes precisa crescer 35% no Paraná, afirma categoria

Até março, Seju promete contratar mais 423 servidores.

Profissionais dizem que o número ideal seria de 1,2 mil

Felippe Anibal

Com uma série de rebeliões e manifestações de força de uma facção criminosa, o sistema penitenciário do Paraná encerrou janeiro em evidência. Entidades atribuem parte da turbulência à escassez de servidores trabalhando na guarda e ressocialização dos presos. Para amenizar a tensão, a Secretaria de Estado da Justiça (Seju) promete contratar até março 423 homens para as unidades penais do estado. Para o Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sindarspen), a ampliação refresca, mas não resolve. Seriam necessários ao menos 1,2 mil novos servidores: 35% além do efetivo atual.

Uma resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), do Ministério da Justiça, orienta que os estabelecimentos penais obedecem à proporção de cinco presos por agente penitenciário. A Seju bate na tecla de que o Paraná está adequado

à norma, afinal são 18 mil detidos em presídios para 3,5 mil agentes. O cálculo não inclui os quase 10 mil encarcerados em delegacias.

Mas para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Sindarspen a conta apresenta distorções. Há muitos agentes afastados (férias e tratamento médico) ou em desvio de função. Além disso, a escala de trabalho da categoria é dividida em três turnos — por opção dos próprios agentes —, o que acentua o problema. Na Penitenciária Central do Estado (PCE), por exemplo, trabalham 40 agentes por turno. Na madrugada, apenas dois ficam nas galerias, onde estão detidos 1,5 mil homens.

“O número de agentes que fica nas galerias é ridículo. Se quiserem fugir, a gente vai fazer o quê?”, diz o vice-presidente do sindicato, Antony Johnson. “Se tiver rebelião, em vez de tentar conter, a minha preocupação vai ser fugir”, disse um agente da PCE.

Na Penitenciária Estadual de Piraquara I (PEP-I), as condições também preocupam as entidades. O quadro fixo é de 199 agentes, mas, segundo o sindicato, em razão dos desvios de função, o número de ativos cai para 120: média de 40 por turno.

“Em função do quadro deficitário, os servidores ficam muito expostos. Teria

mais que dobrar [o número de agentes] para ter o mínimo de condições de segurança e ressocialização”, defendeu o delegado da Polícia Federal e coordenador do Núcleo de Segurança Pública da Universidade Tuiuti, Algacir Mikalovski.

Escala irregular

Um documento da Seju obtido pela Gazeta do Povo sugere que a escala dos agentes está irregular. Hoje, os servidores trabalham 24 horas seguidas e folgam 48 horas. Ou seja, trabalham dez dias por mês. Nos dias em que estão na ativa, começam a jornada, trabalhando 12 horas. Nas 12 horas seguintes, o efetivo se divide em três turnos de trabalho, gerando as distorções. “Enquanto um grupo trabalha, dois grupos dormem, o que significa que o efetivo é reduzido a apenas um terço nesse período”, diz o texto.

“Se tiver rebelião, em vez de tentar conter, a minha preocupação vai ser fugir.”

Agente penitenciário da PCE que não quis se identificar.

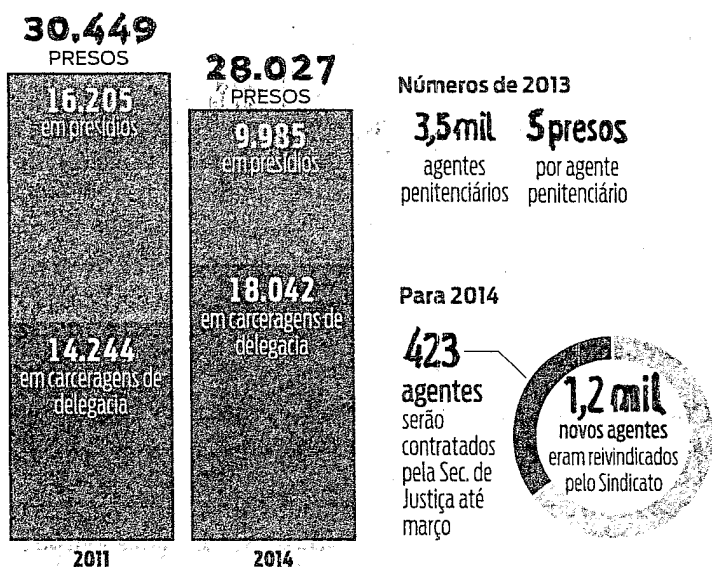
CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

RAIO-X PENITENCIÁRIO

Nos últimos dois meses, o sistema penitenciário do Paraná esteve em ebulição. Em meio a rebeliões, agentes reivindicam mais contratações. Veja os números dos presídios.



Rebeliões

Nos últimos dois meses, cinco rebeliões colocaram o sistema penitenciário do Paraná em ponto de tensão.

- 11/12/2013 Penitenciária Central do Estado (PCE)
- 26/12/2013 Complexo Médico Penal
- 09/01/2014 Penitenciária Estadual de Piraquara II (PEP-II)
- 15/01/2014 Penitenciária Central do Estado (PCE)
- 15/01/2014 Centro de Regime Semiaberto Feminino (Craf)

Mortes nos presídios

Nos últimos dois anos, 24 presos foram assassinados dentro de penitenciárias paranaenses. Veja os tipos de mortes ocorridas por trás das grades.

Tipo de morte	2012	2013	Total	Varição
Homicídio	15	9	24	-40
Acidental	3	2	5	-33
Em rebelião	0	0	0	0
Natural	67	67	134	0
Suicídio	4	10	14	150

17 agentes penitenciários foram mortos entre 2007 e 2013

5 atentados contra agentes penitenciários registrados em 2013

CORRUPÇÃO

Mais de 300 agentes respondem a processos na Corregedoria

Atualmente mais de 300 agentes penitenciários respondem por processos administrativos por prováveis desvios de conduta na Corregedoria do Sistema Penitenciário. Desde outubro de 2011, quando o órgão foi criado, cinco servidores foram exonerados por permitir a entrada de drogas e celulares nas unidades. Outros 13 foram demitidos por falsificar atestados médicos e um agente foi preso tentando repassar entorpecentes aos presos. A Seju ressalta que os casos são analisados com cuidado para não haver injustiça". (FA)

Violência atrás e fora das grades

Apesar de estar distante dos patamares do Maranhão, a violência nos presídios do Paraná também preocupa. Nos últimos dois anos, 24 presos foram assassinados no estado, média de um por mês. Paralelamente, a Corregedoria do Sistema Penitenciário puniu 2.341 presos por faltas graves, como homicídios, ameaças de morte, porte de arma e depredação. Neste ano 25 já foram punidos.

Do lado de fora das penitenciárias, quatro agentes foram mortos a tiros no ano passado e cinco foram vítimas de atentados. Os casos ainda são investigados, mas, para o sindicato, não há como não fazer relação com a atuação profissional das vítimas. Os agentes dizem que são monitorados por facções criminosas. (FA)

29 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Servidores estão no limite da tensão

Nos últimos dois meses, cinco rebeliões trouxeram tensão às unidades prisionais do Paraná. Em quatro delas, agentes penitenciários foram feitos reféns e só foram libertados depois que os detentos obtiveram garantias de que seriam transferidos para outras penitenciárias.

Há meses, o Sindarspen vem denunciando a situação vulnerável dos agentes na rotina dos presídios, com a falta de equipamentos básicos como algemas e radiocomunicadores. “Não há padrão. A gente não tem suporte nem para revistar os presos”, sintetiza o vice-presidente do sindicato, Antony Johnson.

A Seju informa que adquiriu no ano passado R\$ 4 milhões em dispositivos de segu-

rança, que começaram a chegar. São 2,6 mil algemas, 247 raquetes, 52 banquetas detectoras de metal, além de 360 coletes balísticos.

Ressocialização

A advogada Isabel Kügler Mendes, do Conselho Nacional de Direitos Humanos da OAB, aponta também a falta de outros profissionais, entre médicos, psicólogos, advogados e assistentes sociais, no sistema penitenciário do estado. Em boa parte de 2013, as unidades penais ficaram sem assessoria jurídica — algumas continuam assim. Na área da saúde, são 29 médicos para todo o sistema, 19 dos quais permanecem no Complexo Médico Penal.

“Nas vistorias, as principais reclamações são falta de trabalho, estudo e de defensor público. Assim, não há sistema que funcione”, pontua a advogada. Segundo a Seju, 57% dos detentos estudam e 29% trabalham. (FA)

OBSTÁCULO

Nas delegacias, o problema é o desvio de função dos policiais

Se nos presídios faltam agentes, nas delegacias o volume de presos obriga os policiais a deixarem a função de segurança judiciária para cuidar dos detidos. O assassinato do policial Marcos Gogola, em novembro de 2013, quando escoltava um preso até o dentista, é consequência desse problema. São mais de 10 mil presos nos distritos policiais do estado e pouco mais de 300 agentes carcerários não conseguem dar conta do trabalho. “As delegacias não têm estrutura

nem pessoal para guardar esses presos. Isso cria uma instabilidade para o policial, que está em desvio de função”, avalia o presidente do Sindicato dos Investigadores do Paraná (Sipol), Roberto Ramires. A boa notícia é que a situação vem melhorando. Nos últimos três anos, o número de encarcerados nos distritos policiais do Paraná caiu 30%. No ano passado, a Seju anunciou a construção de seis novas cadeias públicas, que devem gerar 6,6 novas vagas. Com isso, a Secretaria espera que o sistema atinja sua normalidade, pondo fim ao desvio de função dos policiais. (FA)

GAZETA DO POVO

ADEL EL TASSE

Brasil entre os líderes

29 JAN 2014

Os recentes dados divulgados pelo Escritório das Nações Unidas para as Drogas e o Crime (UNODC), no fechamento do ano de 2013, considerados os países que atualizaram seus dados, coloca o Brasil, em relação ao número de homicídios, na nona posição entre os países mais violentos do mundo. Assim estão escalonados os dez países mais violentos do planeta: Honduras (91,6 mortes para cada 100 mil habitantes), El Salvador (69,2), Jamaica (41,2), Belize (39), Guatemala (38,5), Bahamas (36,6), Colômbia (33,2), África do Sul (30,9), Brasil (27,1) e Trinidad e Tobago (26,1). Para que se tenha ideia da magnitude do assassinato de 27,1 pessoas por 100 mil habitantes registrado no Brasil, vale considerar que, nos dez países menos violentos, a média não passa de uma morte a cada 100 mil habitantes.

Disparidade tão grande encontra seus fundamentos na política adotada para o equacionamento dos conflitos sociais. Os dados da UNODC demonstram que a redução da violência é diametralmente oposta ao maior incremento de medidas punitivas pelo Estado. Em outras palavras, os países mais violentos são os que mais apostam em medidas de conteúdo punitivo para tratar da questão da conflitividade social, enquanto os que conseguem reduzir a violência desenvolvem políticas públicas sérias de conscientização, desenvolvimento social e de cultura da solidariedade e de busca racional e equilibrada de solução para os conflitos.

A linguagem estatal da violência é importante fator de disseminação da agressividade no corpo social, fazendo com que as pessoas reajam de forma sempre mais brutal quando se sentem contrariadas. O incremento punitivo, além de servir como fator de pulverização da linguagem da violência, atua de maneira direta na produção da omissão no desenvolvimento de políticas públicas de bem-estar social, pois a aposta nos meios de força faz prevalecer a lógica perversa de que, como já pune quem erra, não há mais nada que caiba ao Estado fazer.

A violência estatal também dissemina a corrupção. O controle da força de coerção confere poderes excepcionais a quem o tem, abrindo um campo de negociações entre quem seria passível de punição e quem decide se ela será ou não imposta. Com isso, a seletividade do sistema, em que o que se pune não é a prática de determinado fato criminal, mas sua prática por alguém que não goze de meios para obter proteção, se potencializa.

O amálgama de violência, corrupção, omissão de políticas públicas e seletividade faz a agressividade no Brasil ingressar em crescimento exponencial cada vez mais preocupante, em especial por ganhar espaço o discurso nazi-fascista de que somente se faz justiça quando se pune, ou seja, quando o Estado canaliza brutalidade.

A resolução dos conflitos sociais depende da utilização de estratégias mais profundas que o simples emprego de punições. Os mais variados atos de crueldade — como, por exemplo, a morte de doentes sem atendimento médico e os estupros dentro dos cárceres, sob o olhar insensível da sociedade e dos que afirmam representá-la — têm sido praticados no Brasil para satisfazer a lógica da agressão do Estado contra o condenado, banalizando a violência e produzindo uma sociedade mais brutal, atualmente já a nona mais violenta do planeta, superando inclusive países com guerra em andamento.

Quem sabe, em poucos anos, com a insistência, desde o período colonial, nos mesmos equívocos, chegemos ao primeiro lugar no ranking.

Adel El Tasse, procurador federal, é professor de Direito Penal e coordenador, no Paraná, da Associação Brasileira dos Professores de Ciências Penais.

29 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

É calma a noite

Embora às voltas ainda com a resistência do Ministério Público ao Cid Vasques como secretário de Segurança e tentando, por via administrativa e judicial, derrubar os vetos a recursos federais e internacionais e ainda por cima com a inclusão do seu irmão Pepe em denúncia, o governador não perde a cabeça: tanto que anteontem à noite jogava sinuca no bilharito do Bar do Torto, fundamento da Quadra Cultural, criada pelo Magrão, ora combatida pela Fundação Cultural, que tem medo do PT como punk de desodorante.

Ostracismo

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, reclama de a mídia dar corda para os réus do mensalão. Segundo ele, deveriam ser condenados ao ostracismo pela população. Tratava-se, historicamente, de um degredo provisório, em que se inscrevia em conchas ou peças de cerâmica o nome do atingido.

Esses réus nada têm de comum, mas no regime militar, com todos os bloqueios, se permitia, de vez em quando, uma palavra do condenado ou referências sobre ele. No caso do ostracismo, que originariamente vem de ostra, diante do padrão das figuras e dos seus hábitos, é possível uma referência a uma alimentação na base do molusco: a crua ao natural com limão, a vinagrete, e a gratinada ou a ensopada. E com sorte algum pode achar até uma pérola.

Transparência

Essa criação do novo Centro Cívico da capital não passou por uma discussão com a sociedade: o argumento de que haverá economia de alugueres é a mesma que levou a deformação dos edifícios do TJ, TC, Assembleia e respectivos anexos. A burocracia não segue uma visão webberiana, racional, mas a de criar espaços infinitos para acolher aspões e bagrinhos, conforme a cupidez dos políticos, cuja imaginação começa e termina aí. Gustavo Fruet fala muito em transparência repetindo o discurso da fauna: quanto mais falam, mais ocultam.

29 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

PR tem deficit de 1,2 mil vagas no regime semiaberto

Celso Felizardo

Londrina - O regime semiaberto, apontado por especialistas como o melhor modelo para ressocialização de detentos, tem deficit de 23.155 vagas em todo o País. No Paraná, a defasagem é de 1,2 mil vagas. De acordo com o último levantamento da Secretaria Estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), feito em dezembro do ano passado, 1.330 presos do semiaberto cumpriam pena de maneira irregular em regime fechado, 866 em unidades penitenciárias e 464 em carceragens de delegacias de polícia.

Atualmente, o Estado dispõe de 2.466 vagas e 2.382 presos em sete unidades de regime semiaberto: Curitiba (feminino), Piraquara, Lapa, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina e Maringá. Segundo a Seju, as 84 vagas são sazonais e devem ser preenchidas com a demanda de presos do regime fechado. O problema crônico, no entanto, pode ser resolvido ou pelo menos amenizado ainda este ano.

A Seju aponta que há a previsão de abertura de 1.384 vagas no semiaberto para 2014. A partir da segunda quinzena de fevereiro, 20 estabelecimentos penais co-

**Em todo o País,
faltam mais de
23 mil vagas no
sistema.**

**"Regime semiaberto
é fundamental por
ser aquele que mais
recupera o apenado"**

meçam a ser construídos no Paraná. Seis deles são Centros de Integração Social, com 216 vagas de semiaberto cada um, somando 1.296 novas vagas. As 88 restantes serão resultado de uma ampliação na Colônia Penal Industrial de Maringá (Cpim).

A Seju informou ainda o investimento na aquisição de 2 mil tornozeleiras eletrônicas destinadas aos presos do semiaberto. A aquisição segue em processo licitatório.

Diante da falta de vagas no semiaberto, um caso promete movimentar o Supremo Tribunal Federal (STF) este ano: o Recurso Extraordinário 641.320, que tem como relator o ministro Gilmar Mendes. O recurso prevê que, na ausência de vagas para o cumprimento de pena no semiaberto, o preso fique em prisão domiciliar. A discussão divide opiniões entre os que consideram a prisão domiciliar muito branda e os

que acreditam que o preso não pode ser responsabilizado por uma falta do Estado, que tem o dever de oferecer um sistema prisional adequado.

A secretária estadual de Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, concorda com o recurso. Ela defende também a importância do semiaberto. "O regime semiaberto é fundamental por ser aquele que mais recupera o apenado, possibilitando a ele um período maior de ressocialização e reintegração familiar e no mercado de trabalho. Além disso, é um regime muito mais barato ao Estado, tanto para construção de unidades quanto para gestão do sistema", afirma.

Um avanço importante no Estado nos últimos nove anos foi a criação de 790 vagas na Colônia Penal Agroindustrial (Cpai) de Piraquara, a maior de regime semiaberto no Paraná. A capacidade passou de 650 para 1.440 vagas. "Não registramos problemas graves aqui e os resultados aparecem. É um modelo que dá certo", aponta o diretor da Cpai, Ismael Salgueiro Meira.

CONTINUA

29 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Segundo ele, os 1,4 mil presos trabalham e muitos deles estudam e fazem cursos.

As três unidades que estão com lotação acima da capacidade são o Centro de Reintegração Social de Londrina (Creslon), com 200 presos para 150 vagas, o Centro de Regime Semiaberto de Ponta Grossa (Crapg), com 133 detentos para 120 vagas, e o Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba (Craf), com 167 presas em 130 vagas. O Craf, único semiaberto feminino do Estado, passou por momentos de tensão na semana passada, quando algumas detentas fizeram duas agentes como reféns. Este foi o único caso de rebelião registrado nas unidades do semiaberto nos últimos anos.

29 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

João Graça diz que vai processar empresária

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O advogado João Alberto Graça negou ontem as acusações de que teria intermediado uma reunião entre a empresária Ana Cristina Aquino e o representante do escritório do governo paranaense em Brasília, Amauri Escudero, para viabilizar um acordo com a Renault. Segundo reportagem da revista IstoÉ, Escudero e o secretário estadual de Infraestrutura e Logística Pepe Richa pressionaram a montadora a assinar um contrato milionário com a filial paranaense da transportadora AG Log, de Ana Cristina. O Ministério Público (MP) do Estado investiga o caso.

Superintendente regional do Trabalho no Paraná entre 2007 e 2009 e atual assessor especial do Ministério do Trabalho, Graça contou que irá processar tanto a empresária, com quem disse não ter contato desde abril do ano passado, quando deu fim à sociedade que ambos mantinham, como a revista. "Ela me consultou como advogado tributarista a respeito dos benefícios fiscais concedi-

dos pela Renault. Informei que no governo Jaime Lerner existia o diferimento do ICMS e que ele foi renovado no governo Beto Richa (PSDB). Nesse acordo era obrigatório que a Renault firmasse todos os contratos de serviço com empresas paranaenses", afirmou.

De acordo com o advogado, a empresária então resolveu constituir uma empresa, com o único propósito de prestar serviço para a montadora. "Ela me convidou para ser sócio, aceitei, fizemos um aporte inicial de R\$ 150 mil, mas a sociedade não prosperou", continuou. Ainda conforme o assessor, seu único contato com Amauri Escudero ocorreu após a companhia receber a informação de que haveria cartelização no mercado de frete. "Na época, ele (Escudero) era assessor da Secretaria da Fazenda e nos passou que o processo já havia tramitado. Foi somente nesse aspecto, de buscar que houvesse um equilíbrio em relação à prestação de serviços. Nunca tive acesso ao secretário Pepe Richa." Amauri Escudero e Pepe Richa, conforme noticiado ontem pela FOLHA, também negam as acusações.

29 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Espada sobre a cabeça

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, por unanimidade, recebeu a denúncia feita pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) contra o deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB) por suposta falsidade de documentos utilizados para a prestação de contas eleitorais. Considerando que as contas foram aprovadas, o relator da matéria, Jean Carlo Leeck, escreve que "em tese, a alteração da verdade dos fatos foi apta a produzir efeitos, induzindo em erro a Justiça Eleitoral". Leeck afirma que "tal qual a espada de Dâmocles", os documentos "foram inseridos e utilizados na prestação de contas de Bernardo Guimarães Ribas Carli, que foi por ele e por Adriane Aparecida Colman (também denunciada) subscrita e firmada". Em tempo: Dâmocles, personagem de uma narrativa grega, assumiu o lugar de um rei, mas abandonou o trono depois que viu pendurada sobre ele uma espada, presa por um fio de cabelo.

PODER SEM PUDOR

Festa para poucos

Certa vez, durante festa de aniversário do ministro Dias Toffoli (STF) no Bar Brahma, em São Paulo, com a presença de ministros de tribunais superiores, advogados e empresários, como João Carlos Di Gênio, entre outros, o cantor Cauby Peixoto tentou ser gentil e interrompeu o show para fazer um registro que deixou a todos constrangidos:

- Bem, fui informado de que esta é uma festa privada de empresários. Sendo assim, ficam aqui meus votos de que façam bons negócios nesta aprazível casa noturna.

Oswaldo Militão

Carros blindados

O Supremo Tribunal Federal acaba de reforçar a frota de seus carros blindados. Há anos, o STF aluga os veículos de uma empresa de São Paulo, pagando R\$ 60 mil.

29 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça acata denúncia do caso Perrella

MPF acusa cinco pessoas de tráfico de cocaína apreendida em um helicóptero da família do senador

Marcelo Portela
Agência Estado

Belo Horizonte - A Justiça Federal acatou a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra cinco acusados de envolvimento com o tráfico de quase meia tonelada de cocaína apreendida em um helicóptero da família do senador Zezé Perrella (PDT-MG). Além de acatar a denúncia, o juiz federal Marcus Vinícius Figueiredo de Oliveira Costa, da 1ª Vara Federal em Vitória (ES), determinou que a Procuradoria Regional da República junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) seja notificada do caso para avaliar a situação do deputado estadual de Minas Gustavo Perrella (SDD), filho do senador e um dos proprietários da Limeira Agropecuária e Participações Ltda., em nome da qual está registrada a aeronave. O magistrado manteve a apreensão do helicóptero, hoje à disposição do governo capixaba.

Na denúncia, o MPF havia solicitado o desmembramento do inquérito da Polícia Federal, no qual o deputado mineiro consta como testemunha, assim como sua irmã Carolina Perrella e um primo deles, André Oliveira Costa, sócios da Limeira. O juiz concordou que a situação do parlamentar, que tem foro privilegiado, deve ser analisada pela Justiça de segunda instância, mas não há necessidade de separar a apuração.

Segundo Marcus Vinícius Costa, "a mera constatação de serem a Procuradoria-Geral ou a Procuradoria Regional detentoras da atribuição" de atuar em relação a "pessoas jamais indicadas como partícipes ou coautoras mas que, em tese, poderiam ostentar algum envolvimento nos fatos em apuração, justifica que se lhe dê conhecimento da investigação; não que se a desmembre". "Considero relevante que as autoridades policiais possam extrair as cópias indispensáveis e compartilhem as informações obtidas para fins de prosseguimento das investigações", acrescentou o magistrado.

Com a decisão, o piloto do helicóptero, Rogério Almeida Antunes; ex-funcionário da Limeira e da Assembleia Legislativa de Minas por indicação de Gustavo Perrella, o copiloto Alexandre José de Oliveira Júnior, dono de uma escola de pilotagem em São Paulo; Robson Ferreira Dias e Everaldo Lopes de Souza, responsáveis por descarregar a cocaína; e Elio Rodrigues, dono da propriedade onde ocorreu a apreensão, vão responder processo por tráfico e associação para o tráfico, que podem render mais de 25 anos de prisão.

A apreensão ocorreu em 24 de novembro do ano passado, no município de Afonso Cláudio (ES). Rogério, Alexan-

dre, Robson e Everaldo foram presos em flagrante quando retiravam os 445 quilos de cocaína pura do helicóptero, usado para buscar a droga no Paraguai. Na mesma semana, o delegado Leonardo Damasceno, responsável pelo inquérito da PF, descartou o envolvimento da família Perrella com a droga. O policial baseou-se principalmente na troca de mensagens entre o piloto e Gustavo Perrella, que autorizava o então funcionário a fazer "frete de passageiros", apesar de a aeronave não ter autorização para esse tipo de atividade. Rogério Almeida foi demitido da Limeira e da Assembleia após o fato.

O advogado de Zezé Perrella, Antônio Carlos de Almeida Castro, o kakay, afirmou à reportagem que vai tentar reaver a posse do helicóptero. Os advogados dos demais réus não foram localizados ontem. A Justiça determinou que os representantes dos acusados sejam notificados da decisão, para apresentar defesa prévia em até dez dias.

29 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

Impressões sobre a Lei Anticorrupção

PIERPAOLO CRUZ BOTTINI E IGOR TAMASAUSKAS

Criar dispositivos que incentivem a cooperação de agentes privados parece mais eficiente do que a fracassada política de aumentar penas

Entra em vigor hoje a Lei de Combate à Corrupção (nº 12.846/13), uma das iniciativas mais importantes do Legislativo nos últimos tempos.

Os menos avisados podem se perguntar sobre o que há de novo, uma vez que a corrupção já era proibida em nosso ordenamento. Mas há uma diferença: em geral, as normas anteriores puniam apenas as pessoas físicas que cometiam a corrupção, deixando de lado a empresa, em regra a mais favorecida com o ato.

Agora, as empresas também serão responsabilizadas por atos de corrupção e outros similares praticados em seu benefício. A lei prevê penas duras, como multas de 0,1% a 20% do faturamento bruto, vedação de contratar com o poder público e até a dissolução compulsória, uma “pena de morte empresarial”.

Talvez a inovação mais significativa — e polêmica — seja a previsão da responsabilidade objetiva da empresa. Com isso, a corporação será punida mesmo que seus dirigentes não tenham autorizado o ato ilícito. Basta que um funcionário parceiro, contratado ou consorciado tenha oferecido ou pago vantagem indevida a funcionário público, e as penas serão aplicadas. Desde que a empresa seja beneficiada pelo ato, claro. Assim, se uma corporação contrata um serviço de terceiro para obter licença ambiental, e este pague propina, ambos serão punidos.

A ideia do legislador é que a empresa cuide não apenas de sua proibidade, mas também se assegure do comportamento ético daqueles com os quais trabalha. Claro que isso tem o limite do bom senso, dada a impossibilidade de se conhecer integralmente o caráter de seus parceiros ou empregados. Mas a ideia é incentivar a corporação a desenvolver sis-

temas de controle internos que façam checagens periódicas sobre seus colaboradores, assegurando-se de que todos mantêm uma postura correta em relação ao poder público.

Nessa linha, a lei prevê a redução da sanção para a empresa que mantiver mecanismos internos de prevenção a atos ilícitos, códigos de ética, auditorias regulares e canais para denúncias. Busca-se, com isso, estimular o compromisso empresarial com uma cultura ética.

Os impactos da lei já foram sentidos. É notável como boa parte das corporações revisaram ou criaram regras de boas condutas, estabeleceram padrões rígidos de comportamento e passaram a colaborar com investigações em suas dependências. Ao contrário de tantas leis que “não pegam”, essa surtiu efeitos mesmo antes de entrar em vigor.

É claro que existem problemas. A falta de critérios claros para a fixação das penas e a possibilidade de que a União, Estados e municípios apurem os fatos e apliquem sanções autonomamente podem gerar excessos e conflitos. Mas espera-se que os entes federados estabeleçam diretrizes para uma atuação harmônica. Do contrário, o Judiciário será acionado para garantir a razoabilidade na incidência da lei.

Criticas à parte, a lei é boa. Vale sempre lembrar que não se trata de norma penal. Não tem a contundência inútil da ameaça de prisão, mas a racionalidade de identificar os reais beneficiários do ato de corrupção e puni-los, afetando seu setor mais sensível: o faturamento. Ademais, ao prever a colaboração das empresas na identificação ou repressão aos ilícitos que possam ser

praticados em seu benefício, o poder público faz uma espécie de prevenção geral positiva, forçando a incorporação de novos valores na organização corporativa.

Se tal estratégia é adequada, o tempo dirá. Mas criar dispositivos que incentivem a cooperação dos agentes privados parece mais eficiente do que a velha e fracassada política de aumentar penas ou transformar tudo o que incomoda em crime hediondo, como se isso, num passe de mágica, reduzisse o crime organizado a pó.

PIERPAOLO CRUZ BOTTINI, 37, advogado, é professor doutor de direito penal da Faculdade de Direito da USP. Foi secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (governo Lula)

IGOR TAMASAUSKAS, 37, é advogado. Foi subchefe adjunto da Casa Civil da Presidência da República para Assuntos Jurídicos (governo Lula)

29 JAN 2014

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Suprema... Ricardo Lewandowski autorizou ontem a autuação de inquérito contra José Aníbal (PSDB) no STF por injúria. O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) entrou com queixa-crime contra Aníbal por uso de "expressões injuriosas" contra ele no curso das investigações do cartel em São Paulo.

...briga Interino na presidência do STF, Lewandowski mandou notificar o tucano para que ele responda a queixa-crime em até 15 dias.

MÔNICA BERGAMO

TABUADA

A expectativa entre ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) é a de que Luiz Fux, relator dos embargos infringentes, rejeite pedidos de advogados de réus do mensalão para que o tamanho das penas de alguns condenados sejam rediscutidas. Ele só admitiria nova análise do mérito das condenações que tiveram quatro votos pela absolvição.

TOGA E AVENTAL

Ex-empregada doméstica, a ministra do TST (Tribunal Superior do Trabalho) Delaíde Arantes vai fazer uma palestra na Sorbonne, em março, para juristas franceses e alunos de pós-graduação. Ela defendeu junto à OIT (Organização Internacional do Trabalho) que os Estados deveriam oferecer ensino fundamental, médio e superior aos profissionais que lavam, passam e cozinham.

INGRESSO ESGOTADO

E a palestra que Joaquim Barbosa fará hoje em Londres teve tanta procura que o King's College vai abrir um auditório para exibir a fala do ministro em uma tela a quem ficar de fora. A transmissão será em tempo real.

29 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

ANÁLISE: *Paulo Kramer
e Ricardo Caldas*

A normatividade aguda da Justiça Eleitoral

Criada em 1932 para combater os abusos do situacionismo na República Velha, a Justiça Eleitoral goza de um amplo “mandato”: não só julga infrações e crimes eleitorais como investe os eleitos em seus cargos e baixa instruções normativas com força de lei, regulamentando comportamentos permitidos ou vetados a candidatos e partidos dentro de rigorosos cronogramas e prevenindo punições como multas e até cassações.

A instituição acumula méritos como os avanços que dão credibilidade e rapidez às eleições, mas seus magistrados e funcionários, como em outras organizações burocráticas, costumam sucumbir ao vício de multiplicar regras e controles para provar sua utilidade. Resultado: a Justiça Eleitoral “legisla” demais, tipificando como delitos até o direito constitucional de manifestar opiniões e preferências políticas.

Subjacente a isso está o conflito de papéis vivido por juízes eleitorais, de um lado, e políticos, de outro: é da vocação dos últimos viver seu papel o tempo todo, uma autêntica campanha permanente, difícil de se enquadrar em um calendário.

Não se defende um “liberou geral” diante dos abusos de poder cometidos por quem chefiava o Executivo. Certo estava o senador Jefferson Péres ao propor que presidentes, governadores e prefeitos deveriam ser obrigados a deixar seus cargos seis meses antes de tentar a reeleição.

Se é válido e necessário criticar os políticos pela omissão em não reformar o sistema, igualmente lícito é cobrar da Justiça Eleitoral comedimento em sua atividade regulatória, para não engessar o livre jogo das opiniões e forças políticas que constitui a democracia. Como ensina o historiador romano Tácito, “quanto mais leis, mais corrupta é a república”.

29 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça aceita denúncia por droga no helicóptero

Acusados de transportar cocaína vão responder processo; TRF vai avaliar situação de deputado mineiro dono da aeronave

Marcelo Portela

BELO HORIZONTE

A Justiça Federal acatou a denúncia do Ministério Público Federal contra cinco acusados de envolvimento com o tráfico de quase meia tonelada de cocaína apreendida em um helicóptero da família do senador Zezé Perrella (PDT-MG), em novembro do ano passado, no município de Afonso Cláudio (ES).

O juiz federal Marcus Vinícius Figueiredo de Oliveira Costa, da 1.ª Vara Federal em Vitória (ES), também determinou que a Procuradoria Regional da República junto ao Tribunal Regional Federal da 2.ª Região seja notificada do caso para avaliar a situação do deputado estadual de Minas Gustavo Perrella (SDD), filho do senador e um dos proprietários da Limeira Agropecuária e Participações Ltda., em nome da qual está registrada a aeronave. O magistrado manteve a apreensão do helicóptero, hoje à disposição do governo capixaba.

Na denúncia, o MPF havia solicitado o desmembramento do inquérito da Polícia Federal, no qual o deputado mineiro consta como testemunha, assim como sua irmã Carolinã Perrella e um primo deles, André Oliveira Costa, sócios da Limeira. O juiz concordou que a situação do parlamentar, que tem foro privilegiado, deve ser analisada pela Justiça de segunda instância, mas não há necessidade de separar a apuração.

Processo. Com a decisão, o piloto do helicóptero, Rogério Almeida Antunes, ex-funcionário da Limeira e da Assembleia Legislativa de Minas por indicação de Gustavo Perrella; o copiloto Alexandre José de Oliveira Júnior, dono de uma escola de pilotagem em São Paulo; Robson Ferreira Dias e Everaldo Lopes de Souza, responsáveis por descarregar a cocaína; e Elio Rodrigues, dono da propriedade onde ocorreu a apreensão, vão responder processo por tráfico e associação para o tráfico, que podem render punição de mais de 25 anos de prisão.

O advogado de Zezé Perrella, Antônio Carlos de Almeida Castro, afirmou ao **Estado** que vai tentar reaver a posse da aeronave. Os advogados dos demais réus não foram localizados ontem. A Justiça determinou que os representantes dos acusados sejam notificados da decisão para apresentar defesa prévia em até dez dias.

29 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Lei que impedia ampliação de porto é suspensa

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

O presidente interino do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, suspendeu ontem trechos de uma lei municipal de Santos que impediam a movimentação de graneis sólidos nos terminais do porto, como minérios de ferro, manganês, bauxita, carvão, sal, trigo, soja e fertilizantes.

A lei foi considerada empecilho para licitação dos terminais, pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Outras pendências apontadas ainda precisavam ser sanadas antes de o governo publicar a licitação.

A lei também condicionava a concessão de licença para ampliação de edificações à prévia autorização do município. Ao conceder uma liminar requerida pela presidente Dilma Rousseff, Lewandowski reconheceu que as restrições poderiam provocar perdas bilionárias.

“Estima-se que, caso os terminais de Santos/SP deixem de

movimentar granel sólido, o prejuízo seria em torno de 7 bilhões de reais apenas em 2014”, informou o presidente interino no despacho assinado ontem.

Ele também ressaltou a informação de que em agosto de 2013 foi iniciado o processo licitatório de 26 áreas destinadas à atividade portuária. E uma decisão do TCU condicionou a publicação do edital de licitação para modernização dos terminais portuários a uma alteração das restrições impostas pela lei.

Pacto. No pedido analisado por Lewandowski, a Advocacia-Geral da União (AGU) sustentou que a lei municipal violava o pacto federativo, “uma vez que, a pretexto de legislar sobre matéria relativa ao uso e à ocupação do solo, dispôs sobre tema referente ao regime de portos, ultrapassando, assim, sua competência legislativa”.

Lewandowski concordou com a AGU. Ele disse que a definição sobre se determinada carga deve ou não ser escoada por um porto é de competência legislativa da União e não do município. “Isso porque essa disciplina vai interferir de um modo geral no escoamento da produção nacional.”

País não pune trabalho escravo, diz Procuradoria

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

Nos últimos quatro anos, ninguém foi condenado definitivamente no Brasil por submeter um trabalhador a situação análoga à escravidão. Apesar de as investigações do Ministério Público e da Polícia Federal terem aumentado no período, o Judiciário não conseguiu concluir o julgamento das ações – e assim as penas não foram executadas.

O alerta partiu do Ministério Público Federal durante lançamento, anteontem, de uma campanha de combate ao trabalho escravo. Ontem completaram-se dez anos da Chacina de Unai – episódio em que quatro funcionários do Ministério do Trabalho foram mortos nessa cidade mineira enquanto fiscalizavam fazendas. Até agora só parte dos envolvidos foi condenada.

Para evitar que os crimes fiquem impunes, o Ministério Público vai pedir ao Conselho Nacional de Justiça que fixe metas de julgamentos dos processos. Dados do MP apontam maior número de investigações na área: de 72 procedimentos em 2010 para 702 em 2013. No período, o número de ações penais autuadas passou de 59 para 101. A subprocuradora-geral da República Raquel Dodge explicou que esse é um tipo de crime difícil de investigar – em parte porque o delito é cometido em ambiente privado.

29 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRE-PR mantém a desaprovação de contas do Professor Lemos

A Corte do TRE-PR, nesta segunda-feira (27), por maioria, negou provimento a recurso interposto contra a sentença da 68ª Zona Eleitoral de Cascavel que desaprovou a prestação de contas de campanha de José Rodrigues Lemos e Walter Parcianello. Para o relator, Dr. Marcos Roberto Araújo dos Santos, “a não apresentação dos canhotos dos recibos eleitorais e das respectivas notas fiscais é falha

grave, que enseja, nos termos da jurisprudência pátria, a desaprovação das contas”.

Os recorrentes juntaram aos autos cópia de boletim de ocorrência no qual consta o roubo de 49 mil reais referentes à realização de um jantar para arrecadação de fundos para a campanha eleitoral. Neste ponto, o relator concluiu que “a versão apresentada pelo declarante no boletim de ocorrên-

cia e as informações trazidas aos autos pelos recorrentes são divergentes, não merecendo guarida as alegações ora versadas”. Acresce, ainda, que “a pessoa que efetuou o registro declarou apenas o roubo dos valores, não fazendo qualquer referência a notas fiscais e recibos e que a quantia era proveniente de um jantar e não dois”. É cabível recurso do aresto para o Tribunal Superior Eleitoral

Dirceu apresenta recurso contra decisão da Vara de Execuções Penais

A defesa do ex-ministro José Dirceu recorreu na última segunda-feira (27), no Supremo Tribunal Federal (STF), da decisão da Vara de Execuções Penais (VEP) do Distrito Federal, que suspendeu os benefícios aos quais ele tinha direito. O recurso pode ser julgado antes do fim do recesso do Judiciário, marcado para 3 de fevereiro, se o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, considerar urgente.

A VEP determinou a suspensão

por 30 dias da análise do pedido de Dirceu para trabalhar fora da prisão, no escritório de advocacia de José Gerardo Grossi, com salário de R\$ 2,1 mil por mês. A suspensão do pedido foi determinada até que termine a investigação interna sobre denúncias de uso de telefone celular dentro do Presídio da Papuda, no Distrito Federal, pelo ex-ministro.

Não há prazo para apreciação do recurso apresentado pela defesa de

José Dirceu ao STF. Se o recurso for acatado, ele poderá ser autorizado a trabalhar fora da prisão durante o dia, na biblioteca do escritório de advocacia, voltando à noite para dormir na Papuda. Ele foi convidado para trabalhar na pesquisa de processos e jurisprudência, além de colaborar na parte administrativa, das 8h às 18h, com uma hora de descanso para o almoço. O ex-ministro foi condenado a 7 anos e 11 meses de prisão no mensalão.

29 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO


TRE-PR recebe denúncia contra Bernardo Ribas Carli e Adriane Colman

A Corte do TRE-PR, nesta terça-feira (28), por unanimidade, recebeu a denúncia oferecida pelo Ministério Público Eleitoral em face Bernardo Guimarães Ribas Carli e Adriane Aparecida Colman, como incurso, em tese, nos artigos 350 e 353 do Código Eleitoral, c/c artigos 29 e 71 do Código Penal.

Para o relator, Dr. Jean Carlo Leeck, “o fato narrado é certo – falsificação de documentos de campanha eleitoral e sua utilização, por diversas e continuadas vezes – e foi imputado a ambas as pessoas que assinaram a prestação das contas – concurso de pessoas – amoldando-se à hipótese de denúncia geral e, por consequência, apta”. Assevera ainda, que “não se pode olvidar que os documentos sob os quais pende a dúvida de falsidade, tal qual a espada de Dâmocles, foram inseridos e utilizados na prestação de contas de Bernardo Guimarães Ribas Carli, que foi por ele e por Adriane Aparecida Colman subscrita e firmada”.

METRO

Defensoria Pública tem novo endereço

O TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) comunicou ontem que a sede da Defensoria Pública está em novo endereço, na rua Cruz Machado, 58, no Centro. O atendimento é feito de segunda a quinta-feira, das 8h às 17h. Às sexta-feiras, a Defensoria fica aberta somente para acompanhamento de processos.  METRO CURITIBA

29 JAN 2014

METRO

MPF investiga 1,4 mil casos de escravidão

Estudo. Quase metade das ocorrências estão concentradas em quatro Estados e estão ligadas à indústria, confecção, agricultura e pecuária. Em quatro anos, ninguém foi preso pela prática

Dados divulgados ontem pela PGR (Procuradoria-Geral da República) mostram que Pará, Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo representam quase metade das investigações feitas pelo MPF (Ministério Público Federal) sobre casos de trabalho escravo no país.

Somente nos quatro estados foram feitas 729 apurações, que representam 49,2% do total do país.

O maior número de casos está no Pará (295 investigações), seguido de Minas Gerais (174), Mato Grosso (135) e São Paulo (125).

No país, estão em andamento, 1.480 investigações sobre o crime de condição análoga à escravidão em 26 Estados e no Distrito Federal.

Ainda segundo o estudo, além das investigações extrajudiciais em andamento no âmbito do Ministério Público, desde 2010 foram instaurados 480 inquéritos policiais.

Entre 2010 e 2013, foram abertas 469 ações penais, que são processos oriundos de denúncias do MP.

Sem condenação

Embora a atuação do Ministé-

TRABALHO ESCRAVO

■ Número de investigações sobre trabalho escravo, por Estado.



ACRE	11	PARAÍBA	5
ALAGOAS	14	PERNAMBUCO	30
AMAZONAS	13	PIAUI	34
BAHIA	49	PARANA	71
CEARÁ	4	RIO DE JANEIRO	21
DISTRITO FEDERAL	38	RIO GRANDE DO NORTE	6
ESPIRITO SANTO	16	RONDÔNIA	52
GOIÁS	75	RORAIMA	2
MARANHÃO	79	RIO GRANDE DO SUL	36
MINAS GERAIS	174	SANTA CATARINA	38
MATO GROSSO DO SUL	39	SERGIPE	1
MATO GROSSO	135	SÃO PAULO	125
PARÁ	295	TOCANTINS	97

rio Público tenha sido ampliada, desde 2010 ninguém foi punido pela prática de trabalho escravo. "Há uma morosidade da Justiça. Queremos acabar com a impunidade no Brasil. Ajuizamos muitas ações penais, mas não houve trânsito em julgado com condenações", reconhece a subprocuradora-geral da República Raquel Ferreira Dodge, coordenadora da 2ª Câma-

ra de Coordenação e Revisão do MPF.

A maioria dos casos de trabalho escravo detectados no Brasil ocorre na zona rural, em grande parte em fazendas. Na zona urbana, as ocorrências estão associadas a trabalhos na indústria da construção civil e no setor têxtil.

Os casos variam de acordo com a região e consideram a atividade produtiva. Em São

O que diz a lei

O artigo 149 do Código Penal trata sobre o trabalho análogo à escravidão

Crime.

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Pena.

Reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Paulo a maior ocorrência é na construção civil. No Pará, há exploração de trabalho escravo na pecuária e desmatamento. A produção de grãos favorece a prática em Minas Gerais. Já em Mato Grosso do Sul, o problema está associado à agricultura. **METRO**